

ANA CAROLINE FREITAS ARANTES

Matricula 11411ECO002

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO EXCEDENTE E EXCESSIVO
DOS ASSALARIADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2002-2014)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2024

ANA CAROLINE FREITAS ARANTES

Matricula 11411ECO002

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO EXCEDENTE E EXCESSIVO
DOS ASSALARIADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2002-2014)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alves do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINE FREITAS ARANTES

Matrícula 11411ECO002

UMA ANÁLISE SOBRE TRABALHO EXCEDENTE E EXCESSIVO
DOS ASSALARIADOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (2002-2014)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 2024

Prof. Carlos Alves do Nascimento
(Orientador)

Prof. Leonardo Segura Moraes

Prof. Soraia Aparecida Cardozo

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de famílias de assalariados do estado de Minas Gerais por tipo (2002 - 2014), (x 1.000).....	24
Tabela 2 - Distribuição percentual das famílias de assalariados do estado de Minas Gerais por tipo (2002 - 2014).....	25
Tabela 3 - Distribuição percentual dos tipos de família do estado de Minas Gerais com trabalho excedente e excessivo segundo o ramo de atividade (2002 - 2014).....	26
Tabela 4 - Distribuição percentual das famílias do estado de Minas Gerais com trabalho excedente e excessivo por tipo e quantidade de assalariados (2002 - 2014).....	27
Tabela 5 - Evolução da distribuição percentual das famílias de explorados e super explorados por tipo, conforme o Índice de qualidade do emprego (IQE) por faixas (2002 - 2014)	35

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Procedimentos básicos para criação do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE).....	23
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto de Minas Gerais a preços correntes (mil reais), 2002 – 2021	18
Gráfico 2 - Taxa de Desocupação, Taxa de Participação e Taxa de Informalidade de Minas Gerais (2019 a 2023)	20
Gráfico 3 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 1 de Minas Gerais (2002-2014).....	29
Gráfico 4 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 2 de Minas Gerais (2002-2014).....	29
Gráfico 5 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 3 de Minas Gerais (2002-2014).....	30
Gráfico 6 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 4 de Minas Gerais (2002-2014).....	30

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Minas Gerais: Visão Geral dos Produtos Exportados (2023) 19

RESUMO

A presente monografia analisou se houve mudanças significativas na distribuição de trabalhadores que realizavam trabalho excedente/excessivo no estado de Minas Gerais durante o período de mandato no governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram utilizados os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2002 a 2014 (PNAD 2002-2014) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A metodologia adotada seguiu os conceitos de trabalho excessivo, trabalho excedente e o Indicador de Qualidade do Emprego (IQE) definidos por Nascimento (2018). Para tanto, também foi considerado o Salário-Mínimo Necessário (SMN) calculado mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Os resultados encontrados apontam que, apesar da diminuição no número de famílias em situação de trabalho excessivo ao longo dos anos considerados, ainda assim é considerável o percentual que esse grupo representa frente a todas as famílias de Minas Gerais.

Palavras-Chave: Trabalho Excedente; Trabalho Excessivo; Minas Gerais; Partido dos Trabalhadores; Indicador de Qualidade do Emprego.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	4
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE GRÁFICOS	6
LISTA DE FIGURAS	7
RESUMO	8
1. INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO TEÓRICA: TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA GLOBAL A PARTIR DO FIM DA DÉCADA DE 1970 E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	9
2.1 A dinâmica dos países centrais	9
2.2 A dinâmica dos países periféricos	12
2.3 Transformações na economia brasileira a partir da década de 1980 e os impactos nas relações de trabalho	14
2.4 Caracterização da economia e trabalho em Minas Gerais nos anos 2000	17
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	20
4. ANÁLISE DOS DADOS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33
APÊNDICE	35

1. INTRODUÇÃO

A ascensão do receituário neoliberal nos anos 1980, promovendo políticas de estabilização macroeconômica e desregulamentação do mercado de trabalho, alterou significativamente as relações trabalhistas globais. No Brasil, isso resultou em hiperinflação, instabilidade econômica, avanço de privatizações e terceirização e flexibilização das leis trabalhistas ao longo das décadas de 1980 e 1990.

No início dos anos 2000, porém, o então candidato Luís Inácio Lula da Silva ganha a eleição presidencial, dando início a um período sequencial de três mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre os anos de 2002 e 2014. Esse intervalo é conhecido pelo bom desempenho obtido pelo governo federal em indicadores econômicos, mas há também, em contrapartida, discussões sobre o aprofundamento de algumas problemáticas, como o processo de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira (Nascimento, 2018). Por essa razão, o período analisado neste trabalho será o que corresponde aos três mandatos completos do PT no governo federal.

Assim sendo, o problema investigativo do presente trabalho é: houve uma melhora nas condições de trabalho dos assalariados do estado de Minas Gerais entre os anos de 2002 e 2014, período que coincide com mandatos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT)?

O objetivo geral do presente trabalho é analisar se, durante o período em que o governo federal estava sob o mandato de candidaturas do PT (2002-2014), houve mudanças favoráveis às condições de trabalho dos trabalhadores assalariados de Minas Gerais, mais especificamente se houve mudanças na distribuição do contingente de trabalhadores que desempenham trabalho excedente e trabalho excessivo.

Os objetivos específicos, por sua vez, são:

- i. Analisar a discussão teórica sobre as mudanças estruturais na economia mundial pós-1970 e os desdobramentos subsequentes em relação às dinâmicas das relações de trabalho nos países periféricos;
- ii. Revisar, em particular, as transformações ocorridas na economia brasileira a partir da década de 1980;
- iii. Apresentar os procedimentos metodológicos que levaram à criação das variáveis que permitirão analisar a ocorrência de trabalho excedente e trabalho excessivo.

O presente trabalho se justifica por buscar compreender como as medidas adotadas pelos governos do PT impactaram as condições de trabalho em Minas Gerais e, se sim, se tais impactos foram favoráveis a uma diminuição da ocorrência de superexploração da força de trabalho mineira. Justificar mais pq Minas

O presente trabalho é composto por outras três seções, além da presente introdução e das considerações finais. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico que fundamenta a discussão e expõe como as transformações na economia dos países centrais a partir do fim da década de 1970 provocou reverberações nas políticas e relações de trabalho dos países periféricos, com um foco maior na discussão dos impactos no Brasil. Na terceira, é apresentado os procedimentos metodológicos aplicados para a criação dos dados que serão, então, analisados na quarta seção.

2. TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA GLOBAL A PARTIR DO FIM DA DÉCADA DE 1970 E OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Observa-se no cenário econômico mundial, a partir do fim dos anos 1970, uma crise profunda que levaria a uma reorganização do modo de acumulação do capital, expansão da globalização financeira, acirramento da concorrência, avanços tecnológicos e impactos profundos nas relações de trabalho (Mattoso, 2000). Esse processo de reestruturação tem início nos países centrais e desdobra-se para os países periféricos de modo a permitir a manutenção da dinâmica de funcionamento do capital; segundo Antunes (2002), o objetivo era recuperar o ciclo de reprodução do capital. Partindo dessa breve introdução, a presente seção tem por objetivo apresentar inicialmente as transformações econômicas que ocorreram nos países centrais e, depois, discutir as consequências e desdobramentos nos países periféricos.

2.1 A dinâmica dos países centrais

No início da década de 1970, observou-se a ocorrência de uma série de crises que sinalizaram o declínio da 'Era de Ouro' do capitalismo (Hobsbawn, 1995). De forma breve, é possível descrever a chamada 'Era de Ouro' do capitalismo como um período de notável crescimento econômico em alguns países desenvolvidos que ocorreu após o final da Segunda Guerra Mundial, entre meados de 1940 e o início da década de 1970. Durante

esse período, observava-se nos países centrais um rápido crescimento econômico, estabilidade política e avanços sociais significativos, provenientes de políticas keynesianas e do Estado de Bem-Estar Social. Contudo, esse cenário transformou-se com o fim do acordo de Bretton Woods em 1971 e o impacto do primeiro choque do petróleo em 1973, sinalizando assim o término desse período (Pinto, 2009).

Após o fim da ‘Era de Ouro’, ocorre, no fim da década de 1970, especificamente em 1979, o segundo choque do petróleo. Esse evento desencadeou um grave processo de aceleração inflacionária e desaceleração econômica dos países centrais. Resultado de uma série de eventos políticos, como a paralisação da produção de petróleo no Irã devido à Revolução Islâmica e posterior política de comercialização pautada na orientação político-religiosa do novo governo iraniano, os resultados foram preços do petróleo ainda mais altos do que os observados durante o primeiro choque (Pfluck, 2016).

Considerando o cenário econômico desfavorável que combinava alta inflação e baixo crescimento econômico, os ideais neoliberais começaram a se disseminar pelos países centrais como forma de tentar resolver a crise do processo de acumulação do capital. Diferentemente da ‘Era de Ouro’ do capitalismo, em que políticas keynesianas anticíclicas eram implementadas, o que se observava a partir da década de 1980 era a primazia da estabilização macroeconômica. As políticas econômicas de Margaret Thatcher no Reino Unido, por exemplo, foram marcadas pela ênfase na redução da intervenção estatal na indústria e na estabilidade da moeda (Pinto, 2009).

Com relação à organização do trabalho a nível global, é possível observar também alterações provenientes do contexto moldado após a crise de 1980. O movimento liberalizante do capital transformou também as relações de trabalho, com foco na supressão das regulações protetoras, que até então eram garantidas pelas políticas de Estado de Bem Estar Social, como o acesso a serviços públicos de proteção, saúde, educação, aposentadoria e direitos trabalhistas. Tais ataques aos direitos trabalhistas objetivavam, dentre outras coisas, reduzir os custos do trabalho e elevar a taxa de exploração e a taxa de lucro (Borges, 2016). Para exemplificar, é possível citar novamente o governo Thatcher no Reino Unido, que implementou medidas por meio dos *Employment Acts* de 1980 e 1982, que enfraqueceram e restringiram os direitos sindicais, além de flexibilizar a relação entre trabalhadores e capitalistas (Pinto, 2009).

Uma das consequências mais graves do processo de desregulamentação do mundo do trabalho a partir da implementação das medidas neoliberais é a suposta ideia de

superação da necessidade do trabalho humano. Nesse sentido, Antunes (2000, p. 232) frisa:

... o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

É possível observar que a fragilização das relações trabalhistas e enfraquecimento dos sindicatos tem também relação com a derrocada das experiências socialistas do Leste Europeu, particularmente a União Soviética. Antunes (2000) destaca que havia maior facilidade para implementação do solapamento das conquistas dos trabalhadores, dado que não existia mais um contraponto forte e socialista que se opunha a isso.

Enfim, aliado ao combate aos movimentos sindicais, o novo modo de organização do trabalho que se disseminou pelos países centrais – pautado agora pelo Toyotismo¹, que se caracteriza por uma produção vinculada à demanda, com grande flexibilização e desconcentração do espaço físico – também contribuiu para a fragmentação e heterogeneização da classe trabalhadora (Antunes, 2002; Borges, 2016).

Levando em consideração tal contexto de reestruturação da economia global, bem como das relações trabalhistas a partir de uma lógica liberalizante, a divisão internacional do trabalho passa, então, a assumir um papel de destaque para ajudar a explicar a reorganização dos postos de trabalho a nível global. Pochmann (1999) destaca que os países centrais concentraram as atividades de controle e geração de tecnologias²,

¹ É comum comparações entre o Toyotismo e o fordismo, de tal modo que a presente nota de rodapé objetiva discutir brevemente ambos. O fordismo, representado pelo sistema de produção em massa introduzido por Henry Ford no início do século XX, caracterizou-se pela produção em larga escala a partir de linhas de montagem, com elevada ênfase na produtividade e padronização. Por outro lado, o Toyotismo, derivado do sistema de produção da Toyota no Japão, enfatizou a flexibilidade da mão-de-obra, a produção *just-in-time* (ou seja, a produção no tempo certo e na quantidade exata, de acordo com a demanda) e a desconcentração industrial (Ribeiro, 2015). Além disso, é importante destacar que a organização do trabalho sob o Toyotismo se baseia em grupos de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções, o que desencadeia impactos nas condições de trabalho, causando maior desgaste do trabalhador na medida em que ele precisa assumir mais funções.

² Nesse ponto, é interessante destacar as contribuições de Mattoso (2000), especificamente sobre o progresso tecnológico. Um dos fatores que contribuíram para o processo de transformação do modo de acumulação do capital pós-1980 foi o grande avanço das tecnologias e seu impacto sobre o mundo do trabalho. Mattoso (2000), ao discutir a relação entre tecnologia e trabalho, destaca como a inovação tecnológica, por si só, não significa necessariamente a destruição de empresas, atividades econômicas e empregos. Pelo contrário, é possível que tais avanços culminem em criação de mais consumo, novos setores, postos de trabalho e uma melhora qualitativa de tais postos. O problema é, como o autor aponta, que a forma com que tais avanços tecnológicos serão utilizados se deve a uma “escolha social, historicamente determinada pelas formas de regulação do sistema produtivo e de distribuição dos ganhos de produtividade” (Mattoso, p. 117, 2000). E, na reestruturação do capital pós-crise de 1980, o que de fato se observou foi um uso das tecnologias para aprofundar a precarização do trabalho.

enquanto os países periféricos (que serão discutidos na próxima subseção) ficaram sob a dependência de absorção tecnológica.

2.2 A dinâmica dos países periféricos

O cenário de crise explicitado na subseção anterior facilitou a proliferação da indicação de políticas econômicas alinhadas aos ideais neoliberais para os países periféricos, com a recomendação de uma primazia da estabilização macroeconômica. Além disso, prescrevia-se também a realização de reformas estruturais, principalmente voltadas para a abertura comercial, desregulamentação dos mercados, abertura financeira e privatizações.

O que supostamente viria na sequência desses movimentos para a economia dos países periféricos seria a retomada do crescimento da economia: o mercado olharia com bons olhos para os países em questão, os investimentos seriam retomados e o produto cresceria, ocorrendo uma tendência virtuosa.

No entanto, como Mattoso (2000, p. 116) destaca, “...ao contrário do canto de sereia da convergência entre as nações, esse processo criou uma estrutura profundamente hierarquizada e desigual...”. Em outras palavras, as políticas neoliberais de reestruturação para os países periféricos foram acompanhadas da promessa de crescimento, estabilização e equidade em relação aos países centrais, mas a realidade trouxe um aprofundamento da hierarquia na acumulação de capital, com os países periféricos ocupando uma posição estruturalmente desfavorável.

No que diz respeito às relações de trabalho, Borges (2016) destaca que o diagnóstico do receituário neoliberal era o de que a suposta intervenção excessiva do Estado culminava em desequilíbrios e, principalmente, desemprego. Assim sendo, indicava-se que os países periféricos promovessem uma ampla desregulamentação do emprego, o que diminuiria os custos da mão de obra, aumentaria a competitividade da economia e geraria mais postos de trabalho.

O que se pode observar, portanto, é que existia um movimento do capital a partir do fim dos anos 1970, que teve início nos países centrais e foi, então, disseminado aos países periféricos, de suprimir as políticas garantidoras de direitos implementadas pelo Estado de Bem Estar Social, com impactos importantes sobre o modo de acumulação

capitalista e, particularmente, sobre o mundo do trabalho. Como Antunes (2002, p. 235) pontua:

... com a enorme expansão do neoliberalismo a partir de fins de 70 e a consequente crise do *welfare state*, deu-se um processo de regressão da própria socialdemocracia, que passou a atuar de maneira muito próxima da agenda neoliberal.

Em outras palavras, os ideais neoliberais foram recomendados e expandidos aos países periféricos, sob a promessa de que isso resolveria os problemas de hiperinflação e estagnação do crescimento econômico. No entanto, não foi isso que aconteceu. Para além disso, a adoção dessas políticas pela periferia mundial, na verdade, promoveu um enfraquecimento de tais economias.

Uma das vias desse enfraquecimento vinha pela divisão internacional do trabalho. Como dito na subseção anterior, os países centrais concentraram as tarefas de controle e geração de tecnologias, relegando aos países periféricos a dependência de absorção tecnológica – que agrega menor valor. Com o grande fortalecimento das corporações transnacionais a partir de 1970, tais empresas passaram a considerar o mundo todo como uma possibilidade para levar a cabo suas decisões de investimento e produção (Pochmann, 1999).

Os países periféricos, então, na esperança de atrair tais corporações, implementaram o programa neoliberal de agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), composto por políticas de desregulamentação do mercado de trabalho que tinham efeitos danosos em termos de distribuição de renda, sem que houvesse, no entanto, qualquer garantia de que essas transnacionais de fato viessem para a periferia mundial (Pochmann, 1999).

Em conclusão, a crise generalizada que teve início no fim da década de 1970 e se instaurou fortemente a partir de 1980 teve como consequência a disseminação e fortalecimento dos ideais neoliberais com a finalidade de reestruturar o modo de acumulação do capital. Para os países periféricos, isso se traduziu na implementação, a partir de recomendações dos países centrais, de políticas econômicas e trabalhistas que fragilizaram a economia e aprofundaram ainda mais as desigualdades existentes entre os países centrais e os da periferia global.

2.3 Transformações na economia brasileira a partir da década de 1980 e os impactos nas relações de trabalho

A economia brasileira no último quarto do século XX pode ser caracterizada por grandes transformações econômicas e políticas. Com o golpe empresarial-militar de 1964, o Brasil viveu um longo período sob uma ditadura com transformações estruturais em sua economia e vida político-social. Nesse período, foram implementados planos econômicos que tinham por objetivo desenvolver e modernizar a indústria nacional.

Como citado anteriormente, nesse momento os países centrais viviam o chamado *welfare state*. Na década de 1970 a presença do Estado brasileiro na economia era cada vez maior, com elevados investimentos das empresas estatais. O caso brasileiro foi mais uma tentativa do Estado em assumir o papel de garantidor da acumulação do capital que revelou seus limites e contradições. Ao analisar os países do centro, Mészáros (1998) aponta que

O capital, no século XX, foi forçado a responder às crises cada vez mais extensas aceitando a “hibridização” - sob a forma de uma sempre crescente intromissão do Estado no processo socioeconômico de reprodução – como um modo de superar suas dificuldades, ignorando os perigos que a adoção deste remédio traz, a longo prazo, para a viabilidade do sistema.

No que tange ao mercado de trabalho, foram décadas de perda real do salário-mínimo, forte concentração de renda e intensa repressão a qualquer tipo de organização da classe trabalhadora. Borges (2016) aponta que a atuação do governo, orientada pelo receituário neoliberal de que o mercado de trabalho brasileiro apresentava desequilíbrios e elevada rigidez, justificou mudanças na regulação do trabalho de modo a facilitar demissões e contratações, além de criar novos tipos de contratos que se afastavam da CLT. Junto a isso, a ampliação do processo de terceirização fez com que houvesse um processo de enxugamento do quadro próprio de trabalhadores das empresas. Assim sendo, o resultado de uma política macroeconômica de desregulamentação e acirramento da concorrência, a flexibilização das relações trabalhistas e o avanço da terceirização foi a destruição de postos de trabalho nas atividades com maior produtividade e salários mais elevados no setor industrial.

Borges (2016) também ressalta que, ao contrário dos países centrais, no Brasil o pleno emprego não era uma realidade, pelo contrário, o desemprego da força de trabalho

se colocava presente junto com a informalidade do emprego. No final dos anos 70 ocorre um forte movimento de greve geral em setores relevantes da economia como, por exemplo, a greve dos metalúrgicos no ABC paulista.

O Brasil da década de 1980 sofreu com a crise estrutural do modelo de política econômica até então implementado pelo governo militar por meio do Estado. Essa crise tem, dentre outros aspectos, forte influência dos dois choques do preço do petróleo e a alta da taxa de juros – provocada pelos Estados Unidos – vividas nos países centrais ao longo dos anos 70. Conhecida como a década perdida entre os economistas, os anos 80 são marcados pela hiperinflação e pelas sucessivas tentativas fracassadas do governo brasileiro de implementar planos de estabilização. Mészáros (1998, p. 11), ao avaliar o capitalismo dos países centrais, destaca que o fracasso do reformismo socialdemocrata evidencia a “irreformabilidade do sistema”. Nesse sentido, a crise estrutural pela qual passava a economia brasileira nesse período serve de evidência para tal.

No entanto, também foi nessa década que o país viveu o fim na ditadura militar, sua redemocratização. A promulgação da Constituição Cidadã de 1988 é um marco importante para o que viria a ser a sociedade brasileira a partir de então, ainda que a busca por universalização dos direitos sociais tenha ocorrido com certo atraso se comparado ao Estado de Bem Estar Social vivido nos países centrais. Sobre a Constituição Federal de 1988 e jornadas de trabalho, Rosso (2013, p. 83) destaca:

A Constituição de 1988, que resultou do câmbio de regime, trouxe em seu bojo a nova regulação laboral: 44 horas semanais para empregados do setor privado e 40 horas para empregados públicos. Observou-se nos primeiros anos da transformação dos instrumentos regulatórios um efeito inicialmente de ilusão, pelo qual a redução da jornada passou a não ser implementada em boa parte dos negócios, mediante o emprego do mecanismo das horas extras, entre vários outros possíveis.

Com o objetivo de reduzir o custo da mão de obra nos países periféricos, a flexibilização das relações trabalhistas promoveu a precarização do trabalho ao incentivar a redução do papel do Estado na relação capital-trabalho. A terceirização foi uma tática muito utilizada e trouxe como consequência a precarização do trabalho. Nesse período, os países periféricos eram pressionados a seguir recomendações de políticas neoliberais que prometiam estabilidade macroeconômica. No Brasil, as reformas estruturais implementadas ao longo dos anos 1990 evidenciam o avanço do neoliberalismo: a radical

abertura comercial e financeira da economia, o incentivo à globalização como solução ao crescimento do PIB, a onda de desregulamentação dos mercados, entre eles o mercado de trabalho, e a exposição da indústria nacional.

Somado a isso, a ideia do Estado mínimo também ganhou forma nas maciças privatizações de empresas estatais que, até então, eram a chave do crescimento da política econômica da ditadura militar e cumpriam papel importante na geração de empregos, além de fornecerem serviços essenciais a classe trabalhadora. O papel do Estado brasileiro na economia mudou, passando a ser um regulador e não interventor da atividade econômica.

Sendo assim, a primeira fase de ajustes neoliberais no Brasil ocorreu desde a eleição do Collor em 1989 até os mandatos de Fernando Henrique Cardoso. Também são marcos relevantes desse período o Plano Real e o regime de âncora cambial, o qual supervalorizou a moeda nacional frente ao dólar, fragilizando mais ainda a competitividade da indústria nacional frente ao resto do mundo. Somado a isso, as privatizações geraram destruição de cadeias produtivas importantes para a geração de empregos, aprofundando o processo de desindustrialização já em curso no país (Borges, 2016). Dessa forma, a política econômica foi fortemente influenciada pela cartilha neoliberal, sendo ela restritiva e com o objetivo principal de ajustar a inflação, ainda que tivesse um custo social elevado.

Sobre a regulação do mercado de trabalho e as leis trabalhistas, é importante ressaltar que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943 assinada por Getúlio Vargas é um dos primeiros instrumentos de inclusão social do Brasil, ainda que boa parte da classe trabalhadora vivesse sob a informalidade e não tivesse acesso aos direitos garantidos pela CLT. Com o avanço do neoliberalismo, Rosso (2013) demonstra que, segundo dados da PNAD de 1990 13,8 milhões de trabalhadores eram submetidos a jornadas excessivas de trabalho de 49 horas ou mais, correspondendo à proporção de 22,3% das pessoas ocupadas. O autor destaca que existem certas limitações nos dados da pesquisa, já que se referem apenas a ocupação principal dos brasileiros, ou seja, sub-representando os trabalhadores com jornada dupla de trabalho.

Nos anos 2000, em nível federal, o Brasil foi predominantemente governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que implementou políticas de perfil desenvolvimentista. Foi uma fase de crescimento do produto interno bruto (PIB) acompanhado de melhoria da distribuição de renda e redução expressiva da pobreza, com queda da taxa de desemprego acompanhada pelo crescimento do emprego formal. A essas mudanças se

soma o fato de que, nesse período, praticou-se uma política de valorização do salário-mínimo, o que representou ganho real aos trabalhadores (Borges, 2016).

A política de valorização do salário-mínimo garantiu também ganhos àqueles contemplados com as diferentes modalidades de assistência e aposentadoria, como consequência da previdência pública. Isso garantiu um crescimento do consumo das famílias e, conseqüentemente, uma percepção de melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores (Borges, 2016). A combinação dessas políticas somadas ao esforço do governo em promover o combate à pobreza e à miséria no país reduziu significativamente a desigualdade de renda.

No que diz respeito à jornada de trabalho, Rosso (2013) chama atenção ao fato de que, no início dos anos 2000, o trabalho excessivo praticado no Brasil equivale à média mundial de 22% da população empregada. Ao longo da primeira década do século XXI, o autor demonstra que essa proporção cai significativamente para 15,4%. No entanto, essa melhora aparente abre espaço a uma outra questão:

a redução da tendência de emprego de trabalho excessivo verificada por meio das informações censitárias levantadas pelo IBGE nos censos demográficos coincide com períodos de elevação do grau de intensidade laboral, levantados por pesquisas regionais ou empregando técnicas qualitativas. Há um deslocamento de duração para intensificação laboral e, assim, a produção de valor continua seu curso (Rosso, p. 87, 2013).

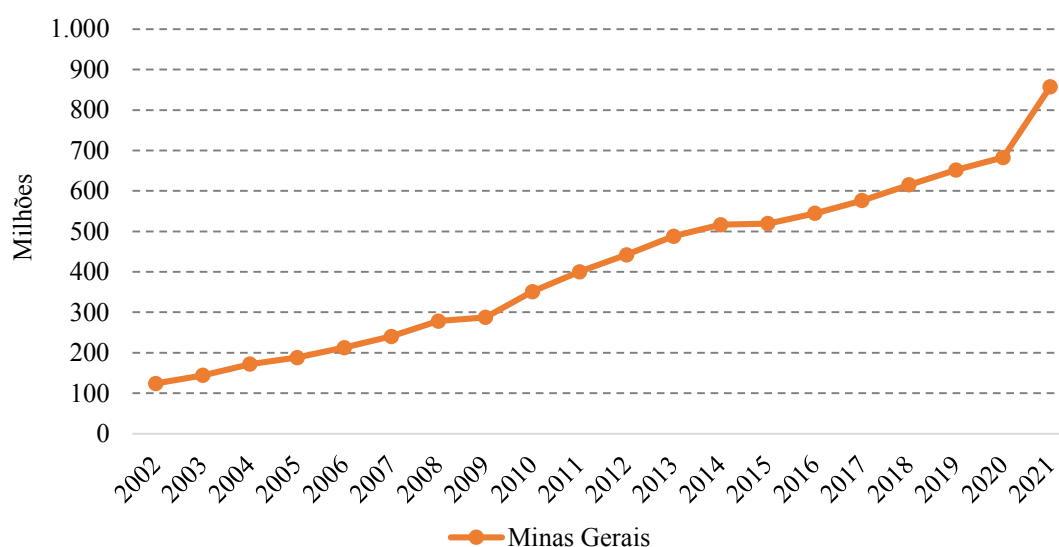
Apesar da média do trabalho excessivo praticado no Brasil ser um indicador relevante, ela pode apresentar diferenças importantes se considerados os setores de atividade econômica. Rosso (2013) coloca que agropecuária, transportes e comunicações, construção e comércio são os setores que apresentam maior proporção de trabalhadores em jornadas excessivas de trabalho. Além disso, também é importante levantar questões que envolvem gênero, já que as mulheres desempenham jornadas duplas se consideradas as atividades domésticas e de criação de filhos.

2.4 Caracterização da economia e trabalho em Minas Gerais nos anos 2000

A presente subseção tem como objetivo fornecer algumas análises gerais para caracterizar a economia de Minas Gerais. Em relação à contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, Minas Gerais mantém a terceira posição entre os estados

da federação, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente. No ano de 2021, o PIB de Minas Gerais atingiu R\$ 857,6 bilhões, conforme mostrado no Gráfico 1. É possível destacar também o desenvolvimento contínuo do estado ao longo de toda a série histórica disponível, registrando um crescimento de mais de 590% em termos de PIB entre 2002 e 2021 – último ano com dados publicados pelo IBGE.

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto de Minas Gerais a preços correntes (mil reais), 2002 – 2021



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.

Pouco mais da metade do PIB de Minas Gerais é gerado por apenas 21 dos 853 municípios que compõem o estado, sendo que a capital, Belo Horizonte, foi responsável por pouco mais de 12% do resultado total do PIB estadual de 2021. É notável também que seis dos dez municípios com os mais altos PIBs *per capita* do estado têm a indústria extrativa mineral como sua principal atividade econômica (Fundação João Pinheiro, 2023).

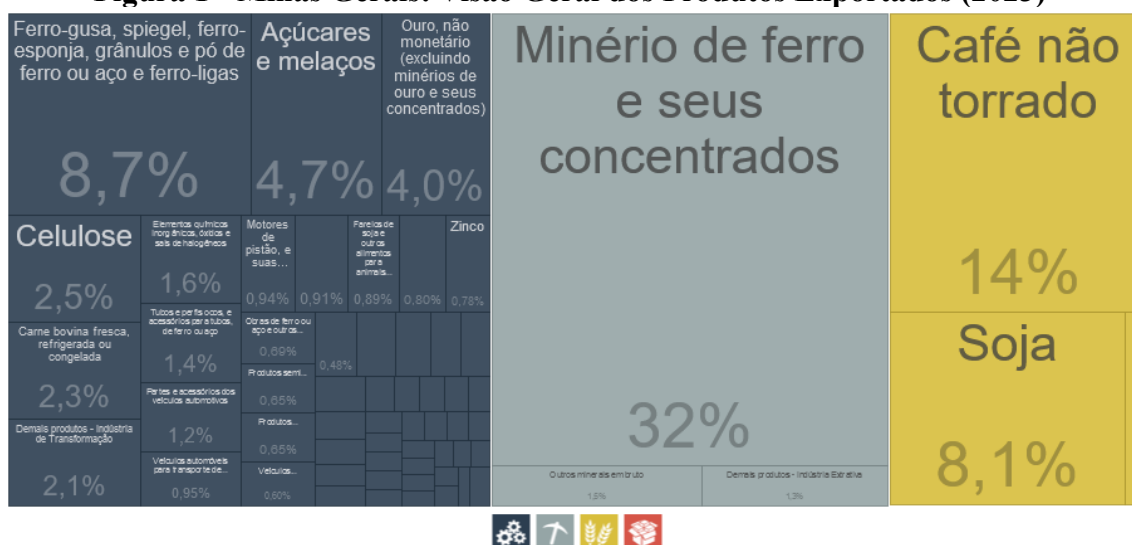
Nesse sentido, Libânio (2008) argumenta que a economia de Minas Gerais tem uma longa associação com a produção e exportação de produtos primários agrícolas ou minerais, e essa característica de especialização primário-exportadora ainda prevalece nas principais atividades econômicas do estado até os dias atuais.

Como destacado pelo Banco Central do Brasil (2018), uma parcela significativa da estrutura produtiva de Minas Gerais está voltada para a fabricação de bens destinados

ao mercado internacional, com ênfase em minério de ferro, café, soja, produtos metalúrgicos, carne bovina, açúcar, ouro e celulose.

É possível corroborar esses argumentos com dados recentes das características do padrão de exportação mineiro. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (2023), os três principais produtos exportados por Minas Gerais em 2023 foram minério de ferro e concentrados, representando 32% da pauta exportadora, seguido por café não torrado (14%), ferro (8,7%) e soja (8,1%). A Figura 1 fornece uma análise mais detalhada da composição da pauta exportadora do estado.

Figura 1 - Minas Gerais: Visão Geral dos Produtos Exportados (2023)



Fonte: ComexVis; Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Segundo Libânio (2008), devido a este padrão de especialização, a economia de Minas Gerais apresenta um alto nível de complementaridade com a atividade econômica chinesa. Como resultado, o estado foi fortemente favorecido pela maior inserção deste país na economia global, resultando em um aumento significativo das exportações para a China ao longo da década de 2010.

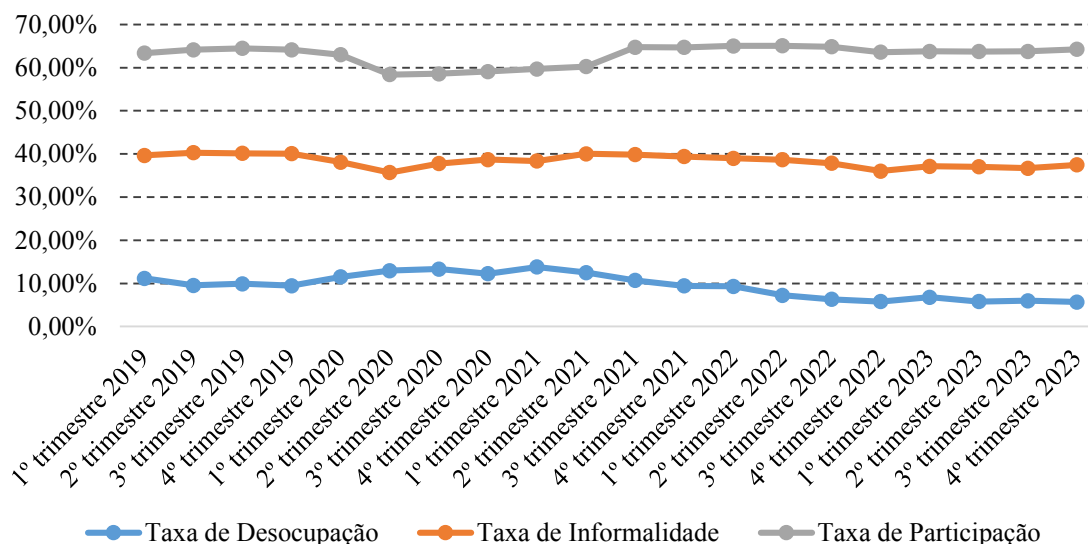
O autor ainda sustenta que isso teve impactos favoráveis no desempenho econômico de Minas Gerais; no entanto, em uma perspectiva de longo prazo, isso pode resultar em taxas de crescimento pouco satisfatórias, visto que a especialização em segmentos primário-exportadores não gera dinamismo tecnológico, externalidades em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e outros *spillovers*, como o faz o setor industrial.

Ainda, Libânio (2008) destaca que esse tipo de especialização pode produzir algumas instabilidades, como danos ambientais decorrentes da atividade mineradora. O

autor também observa que a flutuação intensa nos preços das commodities nos mercados internacionais cria certa volatilidade para as economias que dependem fortemente de sua comercialização.

No que se refere ao mercado de trabalho, é possível observar no Gráfico 2 certa estabilidade em termos de taxas de desocupação, participação e informalidade em Minas Gerais. A taxa média de participação é de 64%. Quanto à informalidade, ao longo do período, a taxa média é de 38,4%, com uma leve tendência de queda a partir de meados de 2022. Por fim, a taxa de desocupação apresenta uma tendência de queda mais acentuada desde 2022: no 1º trimestre, era de 9,31%, chegando a 5,68% no último trimestre de 2023.

Gráfico 2 - Taxa de Desocupação, Taxa de Participação e Taxa de Informalidade de Minas Gerais (2019 a 2023)



Fonte: PNAD Contínua Trimestral. Elaborado por: Monitor do Mercado de Trabalho Mineiro; Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais.

Até aqui foram feitas análises de contextualização histórica e da economia mineiras. A partir da próxima sessão nos voltaremos a análise das condições de trabalho, excedente e excessivo, no período selecionado, e começaremos com a parte metodológica.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, convém destacar que a metodologia adotada para o desenvolvimento do presente estudo é a mesma de Nascimento (2018). A base de dados utilizada são os micro dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD),

disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram consideradas famílias de trabalhadores assalariados (exceto as rendas de funcionário público e serviço doméstico remunerado) do estado de Minas Gerais com pelo menos uma pessoa ocupada.

O período analisado é 2002 a 2014, ou seja, corresponde em sua maior parte aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 2014, no Estado de Minas Gerais havia 3,03 milhões de famílias com pelo menos um trabalhador assalariado, sem considerar renda de eventuais membros da família ocupados no setor público ou em serviço doméstico remunerado. Em 2002 esse número era de 2,29 milhões.

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) calcula mensalmente o Salário-Mínimo Necessário (SMN) com base no preceito constitucional de que o salário-mínimo deve atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família (DIEESE, 2016). A família considerada para o cálculo da DIEESE é composta por 2 adultos e 2 crianças (ou o correspondente a três adultos).

O DIEESE (2016) se baseia no maior custo da Cesta Básica de Alimentos entre as 27 capitais brasileiras e, para se chegar ao valor do SMN, esse custo da Cesta Básica de Alimentos é multiplicado por 3 e dividido pela parcela orçamentária de 35,71%, como demonstrado abaixo:

$$CFA = 3 * CC$$

$$\frac{CFA}{SMN} = \frac{0,3571}{1,00}$$

$$SMN = \frac{CFA}{0,3571}$$

Onde: CFA corresponde ao Custo Familiar de Alimentação; CC corresponde ao Custo da Cesta Básica de maior valor; e SMN corresponde ao Salário-Mínimo Necessário.

Portanto, o SMN equivale ao conjunto de bens e serviços que os trabalhadores devem adquirir para atender às suas necessidades básicas e de sua família (Nascimento, 2018).

Para atender as análises proposta desse trabalho, foi utilizado o INPC como deflator de renda da PNAD, sendo a data-base setembro de 2014. O SMN do DIEESE considerado também é de setembro de 2014. Seguindo a metodologia proposta por

Nascimento (2018), as famílias da amostra considerada foram classificadas em 4 tipos distintos. O limite de quatro membros da família foi utilizado como parâmetro para classificação desses tipos e tem como referência a metodologia do SMN para uma família de quatro pessoas. A tipologia de famílias de trabalhadores assalariados é:

- i. Família tipo 1 (trabalho excedente): Famílias com até quatro membros e com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE;
- ii. Família tipo 2 (trabalho excedente): Famílias com mais de quatro membros e com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE;
- iii. Família tipo 3 (trabalho excessivo): Famílias com até três membros e com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE; e
- iv. Família tipo 4 (trabalho excessivo): Famílias com quatro ou mais membros e com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE.

Os quatro tipos de famílias descritos acima foram subdivididos em outros dois grupos: i) famílias com apenas um assalariado; e ii) famílias com dois ou mais assalariados. Essa subdivisão busca diferenciar famílias com apenas um membro explorado pelo capital daquelas com mais membros explorados, o que também pode configurar trabalho excessivo (Nascimento, 2018).

Mostra-se relevante apresentar brevemente as definições de trabalho excedente e trabalho excessivo. Por trabalho excedente, entende-se o tempo adicional que um trabalhador realiza além do necessário para produzir o valor equivalente ao seu salário. Essa parcela de trabalho é apropriada pelo capital, embora ocorra sob condições normais de reprodução das condições de trabalho, com uma jornada e intensidade normais. Por outro lado, o trabalho excessivo (ou superexploração) é caracterizado pela extrapolação das condições normais de trabalho. Isso pode levar a um comprometimento da manutenção e reprodução normal da força de trabalho, sem que haja uma compensação ou reposição adequada para o desgaste enfrentado pela classe trabalhadora. Ademais, a superexploração também pode ocorrer dentro de uma jornada de trabalho normal, mas com um pagamento abaixo do valor necessário para sua reprodução (Nascimento, 2018).

Também foi levado em conta o Indicador de Qualidade do Emprego (IQE), desenvolvido por Nascimento (2018), que busca avaliar as condições de trabalho dos assalariados dos distintos tipos de famílias. Esse índice foi construído levando em consideração três procedimentos básicos que podem ser observados no Quadro 1.

Conforme apontado por Nascimento (2018), o peso de cada indicador parcial para a composição do IQE busca refletir as diferentes contribuições relativas de cada indicador parcial. O IQE varia entre 0 e 1: quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade do emprego (ou seja, melhores condições de trabalho) e, quanto mais próximo de 0, piores as condições de trabalho.

Quadro 2 - Procedimentos básicos para criação do Indicador de Qualidade do Emprego (IQE)

1) Indicadores simples com base nos dados da PNAD	<ul style="list-style-type: none"> ▪ % de assalariados com idade acima de 15 anos (<i>Ninf</i>); ▪ % de assalariados com jornada semanal de 2114 até 44 horas (<i>Jorn</i>); ▪ % de assalariados com carteira assinada (<i>Cart</i>); ▪ % de assalariados contribuintes da Previdência Social (<i>Prev</i>); ▪ % de assalariados com tempo de deslocamento para o trabalho de até 30 minutos (<i>Desloc</i>); ▪ % de assalariados sem ocupação secundária (sem 2a ocupação) (<i>Socupsec</i>); ▪ % de assalariados que recebiam auxílio moradia (<i>Auxmor</i>); ▪ % de assalariados que recebiam auxílio alimentação (<i>Auxalim</i>); ▪ % de assalariados que recebiam auxílio transporte (<i>Auxtran</i>); ▪ % de assalariados que recebiam auxílio educação (<i>Auxedu</i>); ▪ % de assalariados que recebiam auxílio saúde (<i>Auxsau</i>); ▪ % de assalariados com remuneração acima de 1 salário-mínimo oficial (<i>Npob</i>).
2) Indicadores parciais que captam três dimensões da qualidade do trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grau de formalização do trabalho (<i>TRABFORMAL</i>), dado por: $TRABFORMAL = 0,05 * Ninf + 0,3 * Jorn + 0,1 * TbNTemp + 0,3 * Cart + 0,15 * Prev + 0,05 * Desloc + 0,05 * Socupsec$ ▪ Rendimento obtido no trabalho principal (<i>TRABREND</i>), dado por: $TRABREND = 1 * Npob$ ▪ Auxílios recebidos pelos assalariados (<i>TRABAUX</i>), dado por: $TRABAUX = 0,26 * Auxmor + 0,2 * Auxalim + 0,17 * Auxtrans + 0,14 * Auxeduc + 0,23 * Auxsau$
3) Cálculo do IQE a partir das médias ponderadas dos indicadores parciais.	$IQE = 0,4 * TRABREND + 0,45 * TRABFORMAL + 0,15 * TRABAUX$

Fonte: Nascimento (2018).

4. ANÁLISE DOS DADOS

A tabela 1 apresenta a evolução no número de famílias de assalariados do estado de Minas Gerais por tipo, entre 2002 e 2014. Observa-se um crescimento total de 32% no número de famílias que compõem a amostra do presente estudo entre os anos de 2002 e

2014 (passando de 2,29 milhões para 3,03 milhões). Esse crescimento reflete o aumento do número de famílias do tipo 1, 2 e 3. O número de famílias do tipo 1 aumentou de 144 mil, em 2002, para 425 mil, em 2014 (196%). Já a família tipo 2 cresceu de 56 mil, em 2002, para 112 mil, em 2014 (99%). Importante observar que os tipos de família 1 e 2 (tipos de família com trabalho excedente) foram os que mais cresceram nesse período.

Tabela 1 - Número de famílias de assalariados do estado de Minas Gerais por tipo (2002 - 2014), (x 1.000)

Tipos de família	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Família Tipo 1	144	130	151	163	186	225	
Família Tipo 2	56	35	44	46	61	70	
Família Tipo 3	979	999	1.079	1.116	1.156	1.233	
Família Tipo 4	1.120	1.142	1.171	1.150	1.149	1.129	
Total	2.298	2.305	2.444	2.475	2.553	2.656	
Tipos de família	2008	2009	2011	2012	2013	2014	Varição 2002-2014 (%)
Família Tipo 1	250	272	310	380	437	425	196%
Família Tipo 2	72	69	86	112	101	112	99%
Família Tipo 3	1.354	1.352	1.475	1.528	1.577	1.552	59%
Família Tipo 4	1.152	1.093	979	995	939	946	-15%
Total	2.828	2.785	2.850	3.015	3.053	3.035	32%

Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Tabulações especiais do projeto do Orientador.

Legenda:

Família tipo 1 = Famílias com até quatro membros e com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE (trabalho excedente)

Família Tipo 2 = Famílias com mais de quatro membros e com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE (trabalho excedente)

Família Tipo 3 = Famílias com até três membros e com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE (trabalho excessivo)

Família Tipo 4 = Famílias com quatro ou mais membros e com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE (trabalho excessivo)

Apesar disso, em 2014 as famílias tipo 3 e 4 correspondiam juntas a mais de 82% do total de famílias do estado, ou seja, ainda que tenha havido um crescimento do número de famílias que sobreviviam com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN (tipos 1 e 2), as famílias mineiras de assalariados estavam, em sua maior parte, vivendo com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN (tipo 3 e 4).

Importante ainda observar que houve queda no número de famílias tipo 4 (trabalho excessivo) de 1,12 milhões, em 2002, para 946 mil, em 2014 (-15%). Apesar disso, como mencionado acima, as famílias do tipo 3 (trabalho excessivo) aumentaram em 59%, passando de 979 mil, em 2002, para 1,55 milhões, em 2014. Isso pode apontar, de modo geral, que houve uma melhora nas condições de vida da classe trabalhadora de Minas Gerais ao longo dos anos considerados, mas não o suficiente para tirar parte significativa da população da condição de trabalho excessivo.

Na tabela 2, é possível observar ano a ano o quanto cada tipo de família representa sobre o total. Em 2002, a família tipo 2 representava 2,4% do total de famílias da amostra, a menor participação relativa. Já a família tipo 4 representava 48,7% no mesmo ano. No entanto, é possível observar que a família tipo 1 mais que dobrou sua participação relativa no período analisado, saindo de 6,3% em 2002 para 14% em 2014. Enquanto isso, a família do tipo 4 reduziu sua participação relativa para 31,2%.

Tabela 2 - Distribuição percentual das famílias de assalariados do estado de Minas Gerais por tipo (2002 - 2014)

Tipos de família	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Família Tipo 1	6,3	5,6	6,2	6,6	7,3	8,5
Família Tipo 2	2,4	1,5	1,8	1,9	2,4	2,6
Família Tipo 3	42,6	43,3	44,1	45,1	45,3	46,4
Família Tipo 4	48,7	49,5	47,9	46,5	45,0	42,5
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Tipos de família	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Família Tipo 1	8,9	9,8	10,9	12,6	14,3	14,0
Família Tipo 2	2,5	2,5	3,0	3,7	3,3	3,7
Família Tipo 3	47,9	48,5	51,8	50,7	51,6	51,1
Família Tipo 4	40,7	39,2	34,4	33,0	30,7	31,2
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Tabulações especiais do projeto do Orientador.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Essa alteração na distribuição das famílias por tipo confirma o que foi discutido sobre a tabela 1, ou seja, o aumento do número de famílias classificadas como tipo 1, 2 e 3 e a redução daquelas classificadas como tipo 4. Isso permite dizer que, entre 2002 e 2014, aumentou o número de famílias com até quatro membros que viviam com renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE e, em contrapartida, diminuiu o número de famílias com quatro ou mais membros que viviam com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE. No entanto, ressalta-se que a maior parte da redução do número de famílias tipo 4 pode ter sido absorvido pelo aumento do tipo 3, ambas classificadas como sendo de trabalho excessivo.

Assim, apesar de observada uma diminuição no número de famílias em situação de trabalho excessivo ao longo dos anos, continua considerável o percentual que esse grupo representa frente a todas as famílias de Minas Gerais. Se somarmos as famílias tipo 3 e 4 (trabalho excessivo), em 2002 elas representavam juntas 91,3% das famílias mineiras, enquanto que em 2014 essa porcentagem reduziu apenas 9 pontos percentuais, alcançando 82,3%. Essa participação ainda é bastante elevada.

A tabela 3 classifica os tipos de família entre agrícolas, pluriativas e não agrícolas. Nas famílias agrícolas, estão compreendidas aquelas em que todos os membros ocupados estão na agricultura; as famílias pluriativas são aquelas em que pelo menos um membro da família trabalha na agricultura e pelo menos outro membro trabalha em atividade não agrícola; enfim, as famílias não agrícolas são aquelas em que todos os membros estão ocupados em atividades não agrícolas.

Há uma clara predominância de famílias não agrícolas sobre as demais, consequência do processo de urbanização. Ainda assim, é possível observar que as famílias tipo 1 e 2 são predominantemente não agrícolas, enquanto as famílias tipo 3 e 4 possuem uma porcentagem expressiva de famílias agrícolas.

Tabela 3 - Distribuição percentual dos tipos de família do estado de Minas Gerais com trabalho excedente e excessivo segundo o ramo de atividade (2002 - 2014)

Tipo de família	Ramo de atividade	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Família Tipo 1	Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Pluriativa	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1
	Não Agrícola	6,1	5,5	6,0	6,4	7,1	8,2
Família Tipo 2	Agrícola	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
	Pluriativa	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1
	Não Agrícola	2,3	1,4	1,7	1,7	2,1	2,5
Família Tipo 3	Agrícola	7,1	6,7	7,5	7,0	6,5	7,4
	Pluriativa	2,6	2,9	2,6	2,3	3,2	2,5
	Não Agrícola	32,9	33,7	34,0	35,8	35,6	36,4
Família Tipo 4	Agrícola	8,0	8,4	8,2	8,3	7,2	7,0
	Pluriativa	6,4	6,5	6,6	6,2	7,1	5,0
	Não Agrícola	34,3	34,6	33,1	31,9	30,8	30,5
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Tipo de família	Ramo de atividade	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Família Tipo 1	Agrícola	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,4
	Pluriativa	0,3	0,2	0,3	0,5	0,6	0,4
	Não Agrícola	8,4	9,5	10,3	12,0	13,4	13,2
Família Tipo 2	Agrícola	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0
	Pluriativa	0,2	0,3	0,2	0,4	0,4	0,5
	Não Agrícola	2,2	2,1	2,7	3,3	2,8	3,1
Família Tipo 3	Agrícola	7,1	7,0	7,3	7,8	6,9	6,4
	Pluriativa	3,1	3,6	2,7	2,9	2,8	3,1
	Não Agrícola	37,7	38,0	41,7	40,0	41,9	41,6
Família Tipo 4	Agrícola	5,7	6,1	5,0	4,9	4,5	4,6
	Pluriativa	5,5	4,8	4,8	3,9	3,2	3,3
	Não Agrícola	29,5	28,4	24,6	24,2	23,0	23,3
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Tabulações especiais do projeto do Orientador.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Também é possível observar que, entre 2002 e 2014, aumentou a participação das famílias agrícolas de tipo 1, o que pode indicar um aumento da renda no campo. Ao mesmo tempo, caiu quase pela metade a participação relativa das famílias agrícolas e

pluriativas do tipo 4. Esse movimento pode estar relacionado a duas tendências: melhorias nas condições de vida na zona rural, o que tende a aumentar a geração de renda e, por consequência, o tipo em que a família é classificada; ou o abandono da vida agrícola devido as condições precárias de sobrevivência.

A tabela 4 divide o tipo de família conforme o número de assalariados, sendo considerado 1 ou 2 ou mais assalariados na família. De imediato, há uma diferença entre as famílias tipo 1 e 2 e as famílias tipo 3 e 4: as duas primeiras possuem em sua grande maioria 2 ou mais assalariados, enquanto as duas últimas são predominantemente compostas por apenas 1 assalariado. A respeito das famílias tipo 3 e 4, também é possível observar que aquelas com apenas 1 assalariado representa mais da metade de todas as famílias mineiras, ou seja, a maioria das famílias de Minas Gerais vivem em condição de trabalho excessivo e com apenas uma pessoa assalariada.

Tabela 4 - Distribuição percentual das famílias do estado de Minas Gerais com trabalho excedente e excessivo por tipo e quantidade de assalariados (2002 - 2014)

Tipo de família	Número de assalariados na família	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Família Tipo 1	1 assalariado	2,8	2,7	2,7	3,5	3,1	3,4
	2 ou mais assalariados	3,5	3,0	3,5	3,1	4,2	5,0
Família Tipo 2	1 assalariado	0,6	0,3	0,4	0,3	0,3	0,4
	2 ou mais assalariados	1,8	1,2	1,4	1,6	2,1	2,2
Família Tipo 3	1 assalariado	33,7	33,4	34,3	34,1	33,4	34,3
	2 ou mais assalariados	8,8	9,9	9,8	11,0	11,9	12,1
Família Tipo 4	1 assalariado	29,1	30,4	28,4	26,7	25,5	24,4
	2 ou mais assalariados	19,6	19,2	19,5	19,7	19,5	18,1
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%
Tipo de família	Número de assalariados na família	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Família Tipo 1	1 assalariado	3,2	3,5	4,0	4,1	4,2	4,3
	2 ou mais assalariados	5,6	6,3	6,9	8,5	10,1	9,7
Família Tipo 2	1 assalariado	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2	0,3
	2 ou mais assalariados	2,3	2,3	2,8	3,3	3,1	3,4
Família Tipo 3	1 assalariado	35,2	35,8	38,5	38,3	40,5	39,7
	2 ou mais assalariados	12,7	12,7	13,2	12,4	11,2	11,4
Família Tipo 4	1 assalariado	22,7	22,1	19,6	19,5	17,7	18,3
	2 ou mais assalariados	18,0	17,1	14,8	13,5	13,1	12,9
Total		100%	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Tabulações especiais do projeto do Orientador.

Legenda: a mesma da Tabela 1.

Dessa forma, apesar das famílias tipo 1 e 2 possuírem renda do trabalho assalariado igual ou acima do SMN/DIEESE, para alcançar tal feito é necessário que pelo

menos duas pessoas ou mais da família sejam assalariadas. Entre 2002 e 2014, essa condição foi intensificada: caiu pela metade o percentual de família tipo 2 com apenas 1 assalariado, enquanto quase duplicou o percentual de famílias tipo 2 com 2 ou mais assalariados. Esse aumento proporcional das famílias com 2 ou mais assalariados também vale para as classificadas como tipo 1.

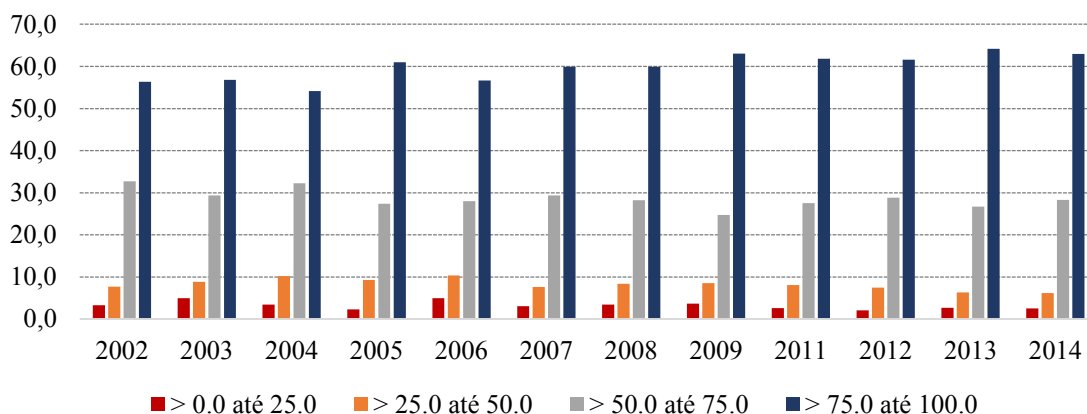
A partir disso, para que uma família alcance o salário-mínimo do DIEESE duas ou mais pessoas da família precisam ser assalariadas e contribuir com a renda familiar. Dessa forma, a tendência é que as famílias sejam mais desgastadas pelo trabalho. Para avançar nessa análise se faz necessário aprofundar o estudo em pesquisa posterior sobre essas famílias para avaliar se realmente deveriam ser consideradas como trabalho excedente. A depender das características observadas, pode ser que estejam inseridas em uma realidade de trabalho excessivo por conta de cada vez mais precisar de duas ou mais pessoas tendo que contribuir com a renda da família. Nesse trabalho não foram aprofundados esses aspectos.

Os gráficos a seguir mostram a distribuição de cada tipo de família por faixas do IQE³. O IQE foi calculado para cada uma das pessoas que compõem as famílias. Isso permite verificar em qual faixa do IQE estão concentradas as pessoas de cada tipo de família. De imediato é possível observar que entre 2002 e 2014, há um aumento significativo da percentagem de pessoas classificadas na faixa mais alta do IQE (a melhor faixa, significando a melhor condição de trabalho), para todos os 4 tipos de família.

Em 2002, a família tipo 1 tinha 56,4% das suas pessoas com IQE entre 75 e 100, enquanto em 2014 aumentou para 62,9%. No entanto, esse aumento foi maior ainda entre as famílias tipo 3 e 4, passando de 18,8% para 42,2% e de 14,5% para 34,9%, respectivamente. Ou seja, no período analisado, mais que dobrou a proporção de pessoas classificadas na melhor faixa do IQE. O outro lado da moeda é a consequente diminuição das pessoas classificadas nas menores faixas do IQE, especialmente as que compõem a família tipo 4.

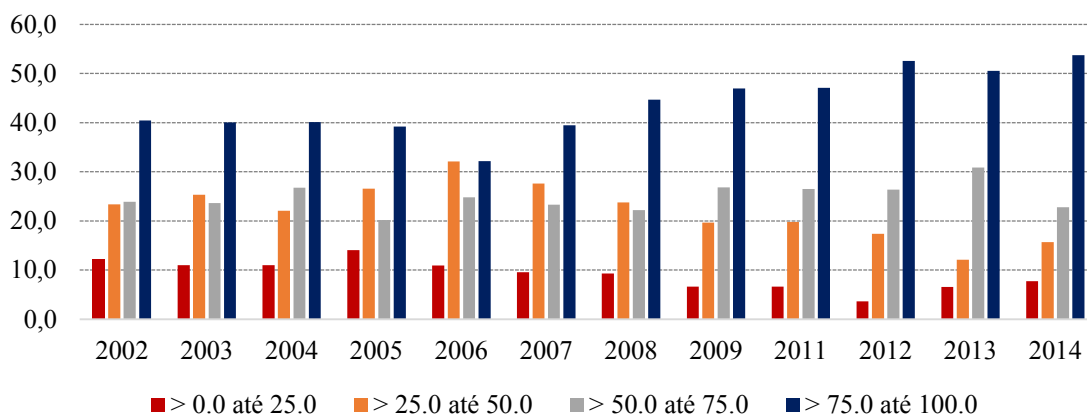
³ As tabelas que originaram os gráficos 3 a 6 estão apresentadas no Apêndice.

Gráfico 3 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 1 de Minas Gerais (2002-2014)



Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Dados especiais do projeto do Orientador.

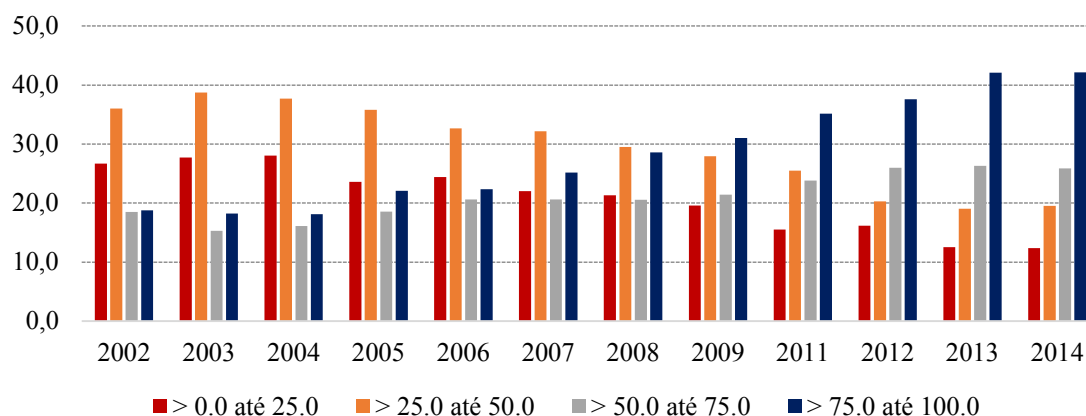
Gráfico 4 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 2 de Minas Gerais (2002-2014)



Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Dados especiais do projeto do Orientador.

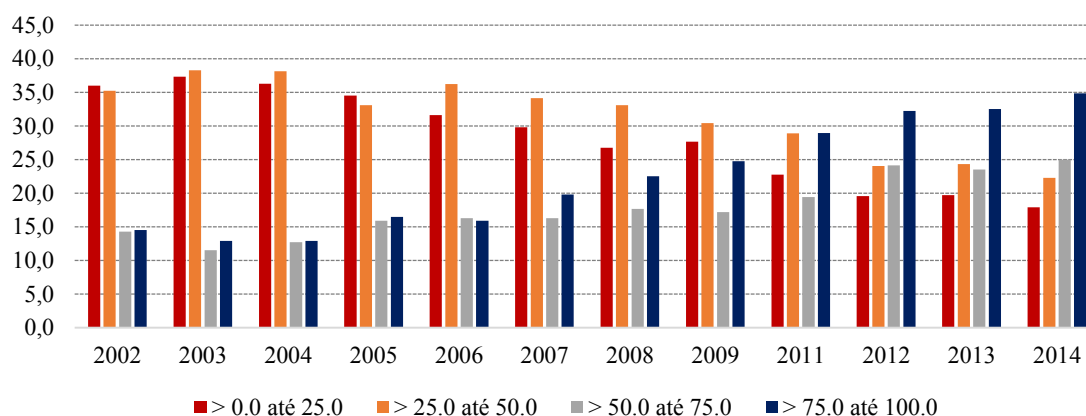
Avaliando nos gráficos a evolução do IQE entre os 4 tipos de famílias, fica claro que a família tipo 4 foi a que mais sofreu alteração no período analisado, praticamente inverteu a proporção entre a menor e a maior faixa do IQE. Esse mesmo movimento aconteceu na família tipo 3, sendo que diminuiu a proporção de pessoas da faixa > 25.0 até 50.0 e aumentou da faixa de > 75.0 até 100.0. Já as famílias tipo 1 e 2 praticamente reforçam a tendência que já apresentavam desde 2002, de aumento do número de pessoas na melhor faixa do IQE, mas sem grandes mudanças em relação as demais faixas, principalmente se tratando das de tipo 1.

Gráfico 5 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 3 de Minas Gerais (2002-2014)



Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Dados especiais do projeto do Orientador.

Gráfico 6 - Evolução do IQE para os assalariados pertencentes às famílias tipo 4 de Minas Gerais (2002-2014)



Fonte: Micro dados da PNAD/IBGE. Dados especiais do projeto do Orientador.

Ainda que, entre 2002 e 2014, seja possível verificar uma melhora geral nas condições de trabalho das famílias de Minas Gerais, seja pelo aumento do número de pessoas das famílias tipo 1 e redução do tipo 4, seja por mais famílias apresentarem um IQE mais alto, a maior parte das famílias mineiras se concentra no tipo 3 (51,1% em 2014) e vive com até três membros e com renda do trabalho assalariado abaixo do SMN/DIEESE.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar se houve mudanças significativas na distribuição de trabalhadores que realizavam trabalho excedente/excessivo no estado de Minas Gerais durante o período de mandato no governo federal do Partido dos Trabalhadores (PT). Foi possível observar que, apesar da diminuição no número de famílias em situação de trabalho excessivo ao longo dos anos, ainda assim é considerável o percentual que esse grupo representa frente a todas as famílias de Minas Gerais.

Ou seja, mesmo levando em conta que, entre 2002 e 2014, o Brasil foi predominantemente governado pelo PT, característico por suas políticas de melhoria da distribuição de renda e combate à pobreza, o número de famílias em trabalho excessivo continua elevado, apesar da diminuição observada. É possível destacar também que a situação notada no estado mineiro não destoava do que Nascimento (2018) observou considerando abrangência nacional. Porém é importante valorizar o aumento do número de assalariados na melhor faixa do Índice de Qualidade do Emprego (IQE) tanto nas situações de trabalho excedente quanto nas de trabalho excessivo, pois indica uma melhoria nas condições de trabalho.

Além disso, é importante observar que, ao longo do período analisado, cada vez mais se torna necessário que duas ou mais pessoas da família sejam assalariadas e contribuam com a renda familiar para que estejam apenas em condições de trabalho excedente. Dessa forma, a tendência é que as famílias estejam sendo mais desgastadas pelo trabalho, o que pode colocar em cheque essa situação de apenas trabalho excedente.

Apesar de Minas Gerais ser o Estado com o terceiro maior PIB do Brasil, sua forte especialização em segmentos primário-exportadores coloca em cheque seu potencial dinamismo tecnológico, o que dificulta a criação de empregos que exigem maior qualificação da mão de obra. Consequentemente, inviabiliza o aumento de postos de trabalho com maiores salários e benefícios aos trabalhadores. Como foi visto, em 2022 a taxa média de informalidade do mercado de trabalho em Minas era de 38,4%. Somado a isso, foi visto que em 2014 o número de famílias em situação de trabalho excessivo ainda representava a maior parcela frente ao trabalho excedente. Esses dois recortes sobre o mercado de trabalho de Minas Gerais apontam para uma questão alarmante: como superar o trabalho excessivo e a informalidade do emprego?

Como sugestão para futuras pesquisas, seria relevante fazer uma análise para os períodos posteriores ao que foi analisado, compreendendo os anos de governo Temer e

Bolsonaro, em que há uma acentuada mudança nas diretrizes de política econômica e uma adoção mais próxima de um receituário neoliberal e conservador. Comparar como era a estrutura de trabalhadores que desempenhavam trabalho excedente e trabalho excessivo nesse contexto seria uma contrapartida interessante para entender como tais fatores afetam a capacidade de manutenção e reprodução da força de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. L. C. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, n. 2–3, p. 227–245, 2002.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Economia mineira. **Boletim Regional**, out. 2018, p. 75-80.
- BORGES, A. Os novos horizontes de exploração do trabalho, de precariedade e de desproteção. **Cadernos do CEAS**, v. 239, p. 713–741, 2016.
- DIEESE. **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Contas regionais/PIB dos municípios. Produto Interno Bruto dos municípios de Minas Gerais 2021. **Informativo FJP**, Diretoria de Estatística e Informações, Coordenação de Contas Regionais, v. 5, n. 14, 2023.
- HOBBSAWN, E.J. A era dos extremos: o breve século XX: 1941-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: mar. 2024.
- LIBÂNIO, G. O crescimento da China e seus impactos sobre a economia mineira. **Economia & Tecnologia**, ano 4, v. 13, abr./jun. 2008, p. 103-110.
- MATTOSO, J. Tecnologia e emprego: uma relação conflituosa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 3, p. 115–123, 2000.
- MÉSZÁROS, I. A crise estrutural do capital. In: **Além do capital**. São Paulo: Boitempo, 1998. p. 7–15.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS. **ComexVis**. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: mar. 2024.
- NASCIMENTO, C. A. Trabalho Excedente e Excessivo dos Assalariados na Indústria de Transformação, Brasil (2002-2014). In: Encontro Nacional de Economia Política, 23., 2018. **Anais [...]** Niterói, 2018. p. 1-21.
- OBSERVATÓRIO DO MERCADO DE TRABALHO MINEIRO. **Monitor do Mercado de Trabalho Mineiro**. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/trabalho-e-emprego/mercado-de-trabalho/monitor-do-mercado-de-trabalho-mineiro>. Acesso em: mar. 2024.
- PFLUCK, B. K. Os choques do petróleo. In: **O valor do petróleo para o Brasil: dos**

choques da década de 1970 ao pré-sal. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, 2016. p. 14–23.

PINTO, B. M. G. **As Reformas Liberais de Margaret Thatcher 1979-1990.** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 64 f., 2009.

POCHMANN, M. Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho. *In:* Encuentro sobre Economía Social, 4., 1999, Panamá. **Anais [...]** Panamá, 1999. p. 1–19.

RIBEIRO, A. F. Taylorismo, fordismo e toyotismo. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 35, p. 65–79, 2015.

ROSSO, S. D. Jornadas Excessivas de Trabalho. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, n. 124, p. 73–91, 2013.

APÊNDICE

Tabela 5 - Evolução da distribuição percentual das famílias de explorados e super explorados por tipo, conforme o Índice de qualidade do emprego (IQE) por faixas (2002 - 2014)

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	
Família Tipo 1	> 0.0 até 25.0	3,3	5,0	3,4	2,3	5,0	3,1	3,5	3,7	2,6	2,1	2,7	2,5
	> 25.0 até 50.0	7,7	8,9	10,2	9,3	10,4	7,6	8,4	8,6	8,1	7,5	6,3	6,2
	> 50.0 até 75.0	32,7	29,4	32,2	27,4	28,0	29,4	28,2	24,7	27,5	28,8	26,7	28,3
	> 75.0 até 100.0	56,4	56,8	54,2	61,0	56,7	59,9	59,9	63,0	61,8	61,6	64,2	62,9
Família Tipo 2	> 0.0 até 25.0	12,3	11,0	11,0	14,1	10,9	9,6	9,3	6,6	6,6	3,7	6,5	7,8
	> 25.0 até 50.0	23,4	25,3	22,1	26,6	32,1	27,6	23,8	19,6	19,8	17,4	12,1	15,7
	> 50.0 até 75.0	23,9	23,6	26,8	20,2	24,8	23,3	22,2	26,8	26,5	26,4	30,8	22,8
	> 75.0 até 100.0	40,4	40,0	40,1	39,2	32,1	39,5	44,7	46,9	47,1	52,6	50,5	53,7
Família Tipo 3	> 0.0 até 25.0	26,7	27,7	28,1	23,6	24,4	22,0	21,3	19,6	15,5	16,2	12,5	12,4
	> 25.0 até 50.0	36,0	38,7	37,7	35,8	32,6	32,2	29,5	28,0	25,5	20,3	19,0	19,6
	> 50.0 até 75.0	18,5	15,3	16,1	18,5	20,6	20,6	20,6	21,4	23,8	26,0	26,3	25,9
	> 75.0 até 100.0	18,8	18,2	18,1	22,1	22,3	25,2	28,6	31,0	35,2	37,6	42,1	42,2
Família Tipo 4	> 0.0 até 25.0	36,0	37,3	36,3	34,5	31,6	29,8	26,7	27,7	22,8	19,6	19,7	17,9
	> 25.0 até 50.0	35,2	38,3	38,2	33,1	36,2	34,2	33,1	30,4	28,9	24,0	24,3	22,3
	> 50.0 até 75.0	14,3	11,5	12,7	15,9	16,3	16,3	17,6	17,2	19,4	24,2	23,5	25,0
	> 75.0 até 100.0	14,5	12,9	12,9	16,5	15,9	19,8	22,5	24,8	28,9	32,2	32,5	34,9

Fonte: Microdados da PNAD/IBGE. Tabulações especiais do projeto do Orientador.

Legenda: a mesma da Tabela 1.